



## TENDENCIAS HISTÓRICAS NA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE POLÍTICO ECONOMICA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4173

Johny Henrique Magalhães Casado, UEM  
Kátia Rodrigues Montalvão Paias, UNOESTE

### Resumo

Ao longo do processo histórico brasileiro emergiram as tendências educacionais: educação jesuítica, ensino tradicional, escola nova e ensino tecnicista. Estas tendências tiveram estreita relação com o contexto político, econômico e social de cada momento histórico, de modo que influenciasse diretamente nas ações dos docentes. Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar cada tendência educacional em seu contexto histórico, político e econômico. E, verificar os objetivos de cada tendência educacional, respondendo a problemática: as tendências educacionais estiveram a serviço do que e de quem? Neste sentido elaborou-se uma pesquisa qualitativa bibliográfica. A ideia é compreender que a finalidade da escola era de atender as demandas econômicas e políticas do Brasil. Na época dos Jesuítas os interesses eram religiosos, de aculturação dos índios e de doutrinação religioso. No início do século XX praticamente toda a população brasileira era analfabeta, por isso, o ensino no início deste século era voltado para a alfabetização dos brasileiros e para a preparação de mão de obra, com intuito de atender as demandas industriais que iniciavam as suas atividades no país. Na perspectiva da escola nova era dar um ensino diferenciado para as elites, as quais almejavam um ensino voltado para a criatividade dos educandos. Na perspectiva tecnicista o objetivo era atender o mercado de trabalho, já que as Indústrias estavam em ascensão. A pesquisa indica que o processo de educação nunca teve o objetivo de melhorar a vidas das pessoas e nem de emancipá-las, mas de atender os interesses econômicos de cada época e de doutriná-los para obedecerem às gerencias das empresas.

### Palavras Chave:

Tendência educacional;  
História da Educação;  
Política Educacional.

## **Introdução/Justificativa com os Objetivos**

É essencial compreender as tendências educacionais que emergiram no Brasil ao longo do processo histórico brasileiro, visto que estas foram pensadas com um propósito político, econômico e social. Assim, quando o Brasil era colônia, Portugal tinha interesses com a companhia Jesuítica, a qual estava presente em sua colônia com a finalidade de catequização dos indígenas.

Do mesmo modo, quando a família Real chega ao Brasil no ano de 1808, todos os avanços relacionados à cultura e a educação foram pensados para atender os interesses de determinada classe econômica. Assim como o ensino tradicional, a escola nova e o ensino tecnicista, que foram metodologias de ensino pensadas com a finalidade de atender as demandas econômicas.

Portanto, este artigo tem o objetivo de analisar cada tendência educacional em seu contexto histórico, político e econômico. E, responder à problemática: as tendências educacionais estiveram a serviço do que e de quem? Neste sentido elaborou-se uma pesquisa qualitativa bibliográfica. Deste modo, o artigo está separado em duas partes: Primeira fase da didática no Brasil e a segunda fase da história da didática no Brasil, ambas explicam o contexto político, econômico e social destes momentos históricos.

## **Resultados e discussões**

### **Primeira fase da didática no Brasil.**

Segundo os pesquisadores Hunt e Sherman (1977), entre o século XV e o século XVIII, a Europa viveu o mercantilismo, o qual se iniciou por causa da escassez de ouro e prata em barra que a Europa enfrentava, significando que não tinha moeda em quantidade necessária para atender as demandas do comércio.

Portanto, os reinos europeus absolutistas saíram em busca de conquistar novos territórios para poderem fazer destas suas colônias, e extraírem todas as riquezas destas terras.

Neste contexto, no século XV Portugal investia em uma política de expansão territorial e direcionava os seus recursos financeiros para manter a sua empresa marítima. Tinha um poder político centralizado e um forte apoio e aprovação do papado, assim, o Rei de Portugal Rei de Portugal junto com a o poder da Igreja atraiu a nobreza para financiar as navegações e expansão marítima (LIMA; PEREIRA, 2015).

Deste modo, Portugal teve vantagens para enfrentar a crise do século XV, pois já tinha iniciado a conquista das novas terras, tanto que no ano de 1500 a esquadra de Pedro Álvares de Cabral encontrou o Brasil, o que foi muito lucrativo para os cofres portugueses, pois esta descoberta ocidental sustentou o comércio de Portugal com o oriente (LIMA; PEREIRA, 2015).

Segundo Veiga (2011), a economia do Brasil neste primeiro momento histórico era classificada como agrário-exportadora-dependente, ou seja, era explorada por Portugal e dependia dele. É importante destacar que neste instante não houve “[...] uma padronização no território colonial, em algumas regiões se estabeleceram os centros de interesses, as *plantations*, unidades produtoras fundadas na produção extensiva, como mão de obra escrava e monocultura (AGUIAR, 2014, p. 146)”.

Segundo Aguiar (2014), a coroa Portuguesa estabeleceu a Ordem Jesuíta no território colonial, que tinha como objetivo converter os índios e instruir os cristãos. Portanto, neste momento histórico, o único foco de educação no Brasil era a catequese e a informação dada aos cristãos, as quais eram consideradas como uma atividade educativa (VEIGA, 2011).

Tal contexto fez com que a educação no Brasil fosse engessada, o pesquisador Veiga (2011, pg. 34) descreve que “a ação pedagógica dos jesuítas foi marcada pelas formas dogmáticas de pensamento contra o pensamento crítico. Privilegia o exercício da memória e o desenvolvimento do raciocínio [...]”. A autora relata que os Jesuítas assumiram o papel de educadores do ano de 1549 até 1759, sendo os principais educadores e os que permaneceram por mais anos, eles atuaram em todo o período colonial do Brasil.

Neste contexto Veiga (2011, p.34) conclui que “não se podia pensar em uma prática pedagógica e muito menos em uma didática que buscasse uma perspectiva transformadora na educação”.

Os Jesuítas usavam o *Ratio Studiorum* que era um plano de instrução:

Quando o *Ratio Studiorum* discorre sobre o “método de estudar, repetir e disputar”, deixa evidente que o trabalho didático se compõe de duas etapas fundamentais. A primeira delas corresponderia à *predilectio*, que girava em torno da figura e da ação do professor. A preleção, como o próprio termo indica, era entendida como “lição antecipada, uma explicação do que o aluno deverá estudar”. Algumas vezes, antes da preleção, “recitava-se de cor um trecho latino em prosa ou verso”. Contudo, quase sempre, as atividades de ensino eram desencadeadas com base na “leitura e o resumo do texto”. A leitura do texto podia incidir sobre uma carta, um documento ou um trecho de obra clássica. (ALVES, 2005, p.46).

Os Jesuítas assumiram a educação por 210 anos, até que no ano de 1759 Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas do Brasil, visto que tinha em mente organizar a escola para suprir os interesses do Estado, enquanto que as escolas da Companhia de Jesus objetivavam servir os interesses da fé

(BÔAS, 2008).

Embora os interesses de Pombal fossem alavancar a economia do Estado, não foi isso que ocorreu, pois com a retirada dos jesuítas do Brasil pedagogicamente houve um retrocesso:

Após os jesuítas, não ocorreram no país grandes movimentos pedagógicos, como são poucas as mudanças sofridas pela sociedade colonial e durante o Império e a República. A nova organização instituída por Pombal representou, pedagogicamente, um retrocesso. Professores leigos começaram a ser admitidos para as “aulas-régias” introduzidas pela reforma pombalina. (VEIGA, 2011, p.35).

Segundo Bôas (20011), durante quarenta anos o Brasil permaneceu estagnado, até a vinda da família real para o país, a qual ocorreu no ano de 1807 por transferirem o reino para a cidade do Rio de Janeiro, pois estavam fugindo de Napoleão, propiciando a vinda de dom Pedro para o Novo Mundo. O autor alega que a vinda da família real não determinou um novo sistema educacional, porém gerou as bases para um rompimento definitivo com o modelo adotado pelos jesuítas e deu um novo fôlego às mudanças que iniciaram no ano de 1760.

Buscando construir um modelo diferente que modernizasse a colônia, dom João VI fundou academias militares, escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. (BÔAS, 2008, p.27).

A vinda da família real trouxe avanços para a colônia, mas todas as medidas foram voltadas para favorecer as classes proprietárias nacionais, reprimindo qualquer foco de resistência:

Após a Independência de 1822, o Estado brasileiro atuou vivamente

na manutenção de condições gerais para o enriquecimento das classes proprietárias nacionais e internacionais, seja com intervenções na economia, seja no uso da coerção contra as distintas revoltas indígenas, quilombolas e populares ao longo do império. (CASTELO, 2017, p. 60).

Veiga (2011) relata que o período marcado pela expansão cafeeira e também da passagem de um modelo agrário-exportador para um urbano-comercial-exportador, o Brasil viveu o seu período de iluminismo, o qual ocorreu por volta de 1870:

Com a proclamação da República, vieram novas tentativas de reforma que almejavam fazer evoluir a educação brasileira, mas nenhum resultado efetivo foi alcançado. Os gestores do período tentaram adotar o modelo positivista – corrente filosófica desenvolvida com base no Iluminismo (que afastava radicalmente a teologia ou metafísica e se associava às ciências experimentais) -, iniciado pelo francês Augusto Comte (1789-1857). (BÓAS, 2008, p.28).

Após esses acontecimentos, o Estado assume a laicidade suprimindo o ensino religioso nas escolas públicas, com a aprovação da reforma de Benjamin Constant no ano de 1890, a qual teve influência do positivismo. Deste modo a escola passou a propagar uma visão burguesa de mundo e sociedade, com o propósito de garantir a consolidação da burguesia industrial como classe dominante (VEIGA, 2011). Ainda segundo a autora, os indícios de surgimento da pedagogia tradicional em sua vertente leiga são devido aos pareceres de Rui Barbosa ocorrido no ano de 1882 e a primeira reforma republicana de Benjamin Constante no ano de 1890.

Tal vertente leiga da pedagogia tradicional para Saviani (1984b, p. 274) “[...] mantém a visão essencialista de

homem, não como criação divina, mas aliada à noção de natureza humana, essencialmente racional. Inspirou a criação da escola pública, laica, universal e gratuita”. Para Veiga (2011, p.35) correspondem as seguintes características:

A essa teoria pedagógica corresponderiam as seguintes características: a ênfase no ensino humanístico de cultura geral, centrada no professor, que transmite a todos os alunos, indistintamente, a verdade universal e enciclopédica; a relação pedagógica se desenvolve de forma hierarquizada e verticalista, onde o aluno é educado para seguir atentamente a exposição do professor; o método de ensino, calcado nos cinco passos formais de Hebart (preparação ou apresentação, comparação, assimilação, generalização e aplicação).

É nesse contexto da pedagogia tradicional leiga que a didática no Brasil surge e que Veiga (2011, p.36) define como uma prática “[...] centrada no intelecto, na essência, atribuindo um caráter dogmático aos conteúdos; os métodos são princípios universais e lógicos [...]”. A autora conclui que o professor tornou-se centro do processo de aprendizagem e o aluno um indivíduo passivo e receptivo, onde a atenção, o silêncio e a ordem são alcançados por meio da disciplina.

### **Século XX inicia a segunda fase da história da didática no Brasil**

Segundo Mura (2009) no começo do século XX, o analfabetismo predominava no Brasil, o qual não favoreceu o processo de produção capitalista que acelerava o desenvolvimento urbano-industrial. Para a pesquisadora Mura (2009, p. 34) foram criados “[...] em meio a esse arsenal de mudanças na estrutura sociocultural, anseios de progresso social e prosperidade

para a nação, em vista do progresso mundial que se instalou na Europa com as revoluções capitalistas”.

Deste modo, na década de 30 o Brasil foi influenciado pela crise mundial capitalista, provocando a crise cafeeira, sendo preciso implantar o modelo socioeconômico de substituição de importação, ao mesmo tempo, originou-se o movimento de reorganização das forças econômicas e políticas, tal movimento provocou confrontos e ficou denominado como a Revolução de 1930, iniciando uma nova fase da República do Brasil, visto que almejavam derrubar o sistema oligárquico e instalar uma nova forma de Estado (VEIGA, 2008).

A Revolução de 1930 trouxe o modelo de produção capitalista para o Brasil. A acumulação de capital, durante a República Velha, permitiu o crescimento do mercado interno e da produção industrial, que demandavam um capital humano especializado. Por uma necessidade econômica (e não social), era preciso, talvez pela primeira vez na história, investir na educação. Para coordenar esse esforço, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e, em 1931, o governo provisório estabeleceu os parâmetros para funcionamento de um ensino secundário e de universidade brasileira (até então inexistentes em terras tupiniquins). Com base nesses fundamentos, em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo, seguida da Universidade Federal do Distrito Federal, que contava com um Faculdade de Educação (BÔAS, 2008, p. 28-29).

Ainda neste início do século XX, é importante destacar que o cenário da educação brasileira fez com que polêmicas fossem geradas, propiciando “um movimento de desestabilização da abordagem tradicional à medida que manifestações de apoio à Escola Nova surgiam em meio às divergências políticas educacionais lançadas pelo Manifesto dos

Pioneiros da Educação Brasileira, a partir da década 30 (MURA, 2009, p.33)”. Assim, as críticas nesse período em relação ao ensino tradicional, o qual quase não supria a necessidade social industrial, deram origem a outras buscas com o objetivo de ter novos modos de ensinar. Neste contexto, Mura (2009, p. 33) conclui que “[...] as velhas e novas formas de ensino-aprendizagem se entrecruzaram, foi se consolidando um novo modelo, compatível às exigências econômicas e político-ideológicas difundidas pela nova teoria educacional, a qual surgiu em meio ao movimento escolanovista”.

[...] o ensino-aprendizagem centrado no aluno, perspectiva da Escola Nova, na qual o aluno “deveria ser ativo”, participar diretamente do seu processo de aprendizagem. São os “métodos ativos” que direcionam o processo de “construção do conhecimento”. Os conteúdos representam os meios para o desenvolvimento de habilidades e capacidades cognitivas, propiciados para este fim (MURA 2009, p.40).

Segundo Veiga (2008), no ano de 1937 Vargas assumiu o poder com auxílio de grupos militares e com apoio da classe burguesa e implantou o Estado Novo ditatorial, o qual permaneceu até 1945, os debates educacionais foram cessados nesse período.

No mesmo ano foi escrita a nova Constituição, a qual de um modo explícito orientou às políticas educacionais para suprir as demandas de produção, visto que sugeriu uma grande demanda por de mão de obra qualificada, o intuito era suprir as necessidades ocasionadas pelas novas atividades abertas pelo mercado, através do ensino pré-vocacional e profissional (BÔAS, 2008).

Para Veiga (2008, p.49) O Estado Novo favoreceu o “[...] “realismo em educação”, ou seja, o processo educativo visto em seus vínculos com a sociedade a que serve mas no desempenho de seu

papel de conservação, isto é, a escola como mantenedora do status quo”.

Para Mura (2009) a educação desse período era direcionada à força de trabalho, a qual seria capaz de acabar com a ignorância e proporcionar avanços no processo sociocultural e produtivo do Brasil, com intuito de radicar a marginalidade que surgiu com o advento do novo modelo de produção industrial. A pesquisadora Mura (2009, p. 34) alega que a divulgação dessas ideologias, somadas ao otimismo em “[...] reformar a educação com base em segmentos científicos e psicológicos, até então utilizados na educação europeia como base de apoio teórico, seria a âncora para a implantação e reforço da escola pública brasileira”.

A pesquisadora Veiga (2008, p.49) conclui que a Educação presente no período do Estado Novo não acabou com enfoque técnico, porém de alguma forma a ele foi incorporada “[...] a ideia da relação educação-sociedade. Ainda que pretendem uma “aparência de neutralidade” técnica, os renovadores que atuam oficialmente têm de agir em coerência com a política defendida pelo Estado Novo”. No entanto uma nova guinada aconteceu quando o Estado Novo chegou ao fim, pois:

Uma nova guinada ocorreu com o fim o Estado Novo e das diretrizes totalitárias da Constituição de 1937. A nova constituição determinava o ensino primário obrigatório e outorgava à União o direito de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Novamente, assistiu-se a iniciativas significativas desenvolvidas em todo o país (talvez o período mais fértil para a educação na história do Brasil) (BÔAS, 2008, p.29).

De acordo com Mura (2009, p.34) os debates que ocorreram na “[...] primeira metade do século XX trouxeram a afirmação dos ideais da escola pública e, em seu embrião, as reformas necessárias ao atendimento às forças produtivas e ao

meio de produção capitalista”. Para Veiga (2008, p.49) “O período situado entre 1930 e 1945 é marcado pelo equilíbrio entre as influências das concepções humanistas tradicional (representada pelos católicos) e humanista moderna (representada pelos pioneiros)”.

E para o pesquisador (BÔAS, 2008):

O fato mais marcante, contudo, teve início em 1948, quando foi encaminhado à Câmara Federal um projeto de reforma geral da educação nacional organizado em três diretrizes: ensino primário, ensino médio, e ensino superior. Essa reforma criou um amplo debate sobre a responsabilidade do Estado e a participação das instituições privadas na educação. Depois de treze anos de acirradas discussões, foi promulgada a Lei n. 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1961, que atendia às reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no seu debate com os que defendiam o monopólio do Estado na oferta da educação (BÔAS, 2008, p.29).

No entanto autor Bôas (2008, p.29) afirma que “a diversidade de iniciativas e de discussões acerca da educação foi posta abaixo quando, em 1964, um golpe militar classificou todas as tentativas de modificar a educação brasileira como “comunizantes e subversivas.”” O mesmo relata que:

Por meio de um forte movimento repressivo, da prisão de professores e alunos, da invasão de universidades e do fechamento da União Nacional do Estudantes, o regime militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica. Ao mesmo tempo, foi nesse período que ocorreu a primeira grande expansão das universidades no Brasil e a criação do exame classificatório

chamado vestibular (que tinha como meta acabar com os “excedentes” que tiravam notas suficientes para ser aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar). (BÔAS, 2008, p.30).

A pesquisadora Ribeiro (2010) relata que em pleno período de intensificação da repressão militar, a crise da Escola Nova fez com que a Pedagogia Tecniciста fosse articulada, assim no ano de 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61, foi implantada, a qual entrou em vigor no ano seguinte em 1962. Desencadeou mudanças e implementações no campo educacional, como “a instalação do Conselho Federal de Educação (CFE) e a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) por Anísio Teixeira, cujo Plano foi aprovado pelo CFE em dezembro de 1962 [...] (RIBEIRO, 2010 p.37)”.

A Lei da Educação fez com que ocorresse a descentralização, segundo a autora Ribeiro (2010, p.37) “[...] responsabilizando os Estados de organizarem seus sistemas de ensino. O Estado Nacional vivia um momento de “democratização”, que não correspondia ao centralismo provocado pela ditadura instalada, durando pouco tempo”. Assim:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, em pleno período de intensificação da repressão militar, voltou a orientar a educação à profissionalização dos indivíduos. Durante o regime, as questões educacionais assumiram status de bandeira política, e a “educação” tornou-se catalisadora de pensadores de áreas diversas, que impedidos de exercer a própria profissão, participavam ativamente de debates, que lhes proporcionavam alcançar uma profundidade de pensamentos que transcendia às esferas da escola e da sala de aula. (BÔAS, 2008, p.30).

Fica evidente que na ditadura

empresarial-militar os interesses estavam voltados para a educação profissional com o intuito de prepara a mão de obra para o mercado de trabalho. Além de punição contra qualquer pensamento crítico e contrário, houve “[...] prisões, torturas, exílios e mortes dos seus opositores e mudança do padrão de acumulação concorrencial para o monopolista, com hegemonia do capital financeiro internacional (CASTELO, 2017, p. 60)”.

Esses acontecimentos fizeram que prática educacional fosse embasada na racionalidade técnica, na eficiência e na produtividade, proporcionou que o foco não estivesse mais voltado ao docente, como na Pedagogia tradicional, muito menos no aluno como na Escola Nova, mas na operacionalização dos meios (RIBEIRO, 2010). Neste contexto, “o professor e o aluno passam a ocupar posições secundárias no processo de ensino e aprendizagem. A base que orienta essa perspectiva está na corrente filosófico-psicológica do behaviorismo (RIBEIRO, 2010, p.36)”.

Para Kawamura (1990):

O avanço do capitalismo monopolista dá as condições básicas para o desenvolvimento do caráter tecnicista na educação. De um lado, a expansão monopolista significa mudanças nos processos de produção e de gestão, que passam a se fundamentar na concentração e centralização das atividades em organizações burocráticas e na utilização de equipamentos, materiais e processos tecnológicos avançados baseados na automação, na informática e no uso de novos materiais. De outro, essa expansão desenvolve a indústria cultural, colocando em disponibilidade um vasto arsenal de meios de comunicação de massa e tecnologias de ensino (KAWAMURA, 1990, p. 35)

Após a recapitulação da história da didática no Brasil, é possível

compreender que a “[...] educação no Brasil se estabeleceu através de uma prática conservadora caracterizada por três abordagens: abordagem tradicional, abordagem escolanavista e abordagem tecnicista (NOSELLA et al.”,2010, p. 21)”, mesmo que [...] se apresentando em épocas diferentes, todos têm como característica fundamental a reprodução do conhecimento (BEHRENS, (2005,p.41).” Podem ser apontados como paradigma conservador e que sempre atendeu as demandas de uma classe dominante, a qual interferiu diretamente nas tendências educacionais.

### Considerações finais

As tendências educacionais no Brasil foram articuladas para atender os interesses políticos, econômicos e sociais das classes dominantes, influenciando diretamente a prática docente, a qual nunca teve voz ativa para poder si quer opinar sobre os conteúdos que pudessem trabalhar em sala de aula.

Após este resgate histórico, é possível compreender que líderes políticos vêm nas tendências educacionais uma forma de atender as necessidades econômicas, porém, nunca pensou nas necessidades das classes dominadas, como os indígenas, os colonos, a população a margem.

### Referências

AGUIAR, Gilson. **Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação**. Maringá: CESUMAR: Núcleo de Educação a Distância, 2014.

ALVES, G.L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande: UFMS ; Campinas: Autores Associados, 2005.

BEHRENS, M. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BÔAS, Rafael Villas. **The campus experience: marketing para instituições de ensino**. São Paulo: Summus/Hoper, 2008.

CANDAUI, Joel. A memória e o princípio de perda. **Diálogos**, Rio de Janeiro, p. 60, 2017.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potencia econômica. **Universidade e Sociedade**. Maringá, v. 16, n. 3, p. 843-872, 2012.

HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis, VOZES, 1977.

KAWAMURA, Lili. **Novas tecnologias e educação**. São Paulo: Ática, 1990.

LIMA, Ana Lucia Sales de; PEREIRA, Luciene Maria Pires. **História do Brasil Colônia**. Maringá: CESUMAR: Núcleo de Educação a Distância, 2015.

MURA, Célia Mazzo. **Didática na Docência do Ensino Superior**. Maringá: CESUMAR: Núcleo de Educação a Distância, 2010.

NOSELLA, Maria Lúcia Bertachin. **Gestão do Conhecimento e de Pessoas**. Maringá: Cesumar, 2010.

RIBEIRO, Maria Rosânia Mattioli. **Organização e aprendizagem no ensino superior**. Maringá: CESUMAR: Núcleo de Educação a Distância, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1984. (Polêmicas do nosso tempo).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a didática**. 29. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2011.